



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 20 DE MAIO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Com a presença dos Vereadores José Police Neto, Presidente desta Casa, Donato, eu e o Sr. Rubens Chammas, Sr. Secretário, declaro abertos os trabalhos da 6ª audiência pública, no ano de 2011, e a primeira audiência pública geral ao PL 183/11, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012. Convido o Sr. Secretário Rubens Chammas para compor a Mesa.

Primeiramente, vou abrir a palavra ao Sr. Secretário, para fazer a exposição sobre a LDO. Depois, abrirei a palavra para os Vereadores. Finalmente, será aberta a palavra aos senhores presentes, para fazerem indagações ao Sr. Secretário e à Mesa, a quem peço que façam as inscrições na secretaria, ao lado.

Tem a palavra o Sr. Rubens Chammas.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Bom dia a todos. Cumprimento os Vereadores Francisco Chagas e Donato e todos os presentes. Agradeço o convite por participar dos trabalhos. Farei uma projeção bem rápida para falar um pouco sobre a proposta do projeto de lei da LDO para o ano de 2012. Depois, ficarei à disposição para esclarecimentos e dúvidas.

A proposta de LDO encaminhada a esta Casa foi elaborada a partir dos princípios básicos da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orgânica do Município e das portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, onde há todo um enquadramento sobre a formatação desse instrumento. A estrutura básica do texto, nesse projeto de lei, como consta em outros anos, é, primeiramente, para assegurar todos os princípios de justiça, participação popular, controle social e transparência. Essa é uma das marcas registradas na LDO, e a atual Administração busca, de forma permanente, cumprir esses princípios.

Há a questão da transparência da gestão fiscal, observando sempre o princípio da publicidade. No site e em outros instrumentos disponíveis de acesso à população, à própria sociedade civil e ao próprio Poder Público, há todas as informações sobre gastos, contratos, etc., concordância com diversas orientações gerais previstas em lei, metas e prioridades para

Agenda 2012, estabelecidas no PPA. Daqui a pouco, vamos fazer um pequeno comentário sobre essa integração básica, PPA, agenda e lei orçamentária, da qual a LDO é um instrumento ponte entre o PPA e a própria LOA. A estrutura do texto possui todo o seu projeto e seus anexos, que serão indicados na sequência.

Dando continuidade à estrutura do texto, ele possui uma mensagem do Chefe do Poder Executivo, ao encaminhamento à Câmara. Todos os projetos e atividades estão identificados em conformidade com a Lei Orgânica do Município. Ele também indica o controle de custos, ações e avaliação de resultados dos programas. Esse é um dos itens mais importantes a serem tratados, porque indicamos propostas, metas físicas e como serão feitas as avaliações e os resultados dos programas indicados no PPA, conseqüentemente, trazidos para a LOA.

Há a questão da reserva de contingência, no valor máximo de até 0,4% da receita corrente líquida; e a não consignação de recursos para início de novos projetos, se os em andamento não estiverem adequadamente atendidos. Isso é fundamental. É o dia a dia da execução orçamentária, de não iniciarmos o comprometimento de novos projetos, se aqueles, em andamento, não tiverem sido plenamente atendidos, repito, por condições orçamentárias.

Ainda na estrutura do texto, há a indicação de dotações, que poderão ser desenvolvidas por meio de parcerias público-privadas. Esse é o indicativo de que poderá ser consignado isso. Há dotações também indicativas de futuros projetos, por meio de consórcios públicos. Há outras alterações legais, em função de novas estimativas de receitas, que poderão ocorrer. Há autorização para realização de operações de crédito. Isso também fica consignado na própria estrutura do projeto de lei. Há as despesas com publicidade, restritas aos gastos necessários à divulgação de investimentos.

Basicamente, a estrutura do projeto de lei possui não só os relatórios de receita e despesa estabelecidos na 4.320, como também os demonstrativos de Educação e Saúde, para aplicação dos índices constitucionais, e as orientações de despesa de pessoal em cargos, de

acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda com relação ao texto, há todas as normas para transferência de recursos de outros entes da federação, programação financeira, desembolso e limitação de empenho.

Por fim, nessa estruturação do texto, há a questão da responsabilidade do ordenador de despesa, para efeito da aplicação da LRF. Cada ordenador tem de ser, em quaisquer gastos que tenha de apontar, o responsável por essa despesa. O procedimento é também listado no texto na LDO, em caso do procedimento em caso de não aprovação da Lei Orçamentária. Estarão listadas aí as medidas a serem adotadas. Encontramos também as emendas ao projeto de lei orçamentária, de acordo com a Constituição e a própria Lei Orgânica.

Aqui é basicamente só uma descrição do que é o conteúdo formal do texto e seus anexos. Vou passar a esse slide, um dos mais importantes. Primeiramente, vou fazer uma pequena reflexão sobre os instrumentos de planejamento. Todos sabem que, em todos os instrumentos básicos de planejamento, há o Plano Plurianual, no período de 2006 a 2009. Encerramos o primeiro ano de vigência do Plano Plurianual do PPA 2010 a 2013. Neste momento, cabe fazermos uma reflexão. É fundamental a participação desta Casa, a participação dos órgãos da Administração Pública e da sociedade nessas questões.

Se formos lembrar, o próprio órgão público, até por sua história e sua passagem, sob o ponto de vista de controle, é muito pouco informativo em controles físicos. Poderemos perguntar para cada órgão da administração quanto foi executado fisicamente de cada ação. Essa ação perpetua-se. Há uma questão de cultura, que informações físicas do que foi executado, naquele período, quer seja naquele ano ou naquela gestão, existem, mas são pouco consolidadas e trabalhadas. A informação orçamentária, conseqüentemente a financeira, é mais consolidada pelo próprio orçamento e de fácil acesso.

É muito fácil chegarmos à seguinte conclusão: “Temos informações do que avançamos e executamos, financeiramente, em quaisquer programas da Prefeitura”. Temos

informações fáceis e disponíveis, *on-line*. Por esse histórico, estamos num processo de amadurecimento. Ela é existente, mas pouco consolidada. Vou falar do trabalho que estamos fazendo, para melhorar o banco de dados dessas informações físicas. Para elas, abrimos um cardápio bem grande. Primeiro, qual é a unidade de medida orçamentária ou qual medida a subprefeitura ou secretaria vai adotar? Quanto à execução de reforma de calçadas, vou medir por metro linear, metro quadrado ou frente? Quanto à execução de equipamentos públicos, isso será medido por número de equipamentos ou pessoas que serão atendidas? A reflexão sobre a unidade de medidas é muito importante. É um trabalho que temos feito na secretaria. Os primeiros resultados já são visíveis, mas ainda há muito a avançarmos.

Num segundo momento, ainda nessa avaliação e nessa necessidade de termos informações de avanços físicos, há um compromisso nas unidades, de forma organizada e permanente, informando dados, em qualquer que for o sistema, de forma atualizada e confiável. Se informarem ao sistema: “Fizemos “x” metros de calçadas, plantamos tantas árvores e executamos tantos equipamentos”, e isso não for confiável, haverá um grande problema, pois teremos um banco de dados com informações não apropriadas.

Temos feito um trabalho com unidades. Aí vem a primeira reflexão. Terminamos em dezembro de 2010 um trabalho sobre o PPA de 2010 a 2013. Recolhemos de todas as unidades informações físicas do que foi executado, ao longo de 2010, para as ações do PPA. Encontramos informações valiosas, mas outras inconsistentes. Estamos num trabalho final, deixando o banco de dados de metas físicas consistentes alcançadas com 2010, para que possamos caminhar para as metas físicas de 2011, para fecharmos depois os quatro anos do PPA. Depois haverá uma avaliação efetiva do que foi alcançado ao longo desses quatro anos. Não podemos deixar que o PPA seja um instrumento de prateleira. Em 2009, ele foi construído, apontando metas para os quatro anos. Ele foi feito para os três anos da gestão e o primeiro da gestão seguinte. Qual é a sua avaliação? Primeiro, temos de avaliá-lo, primeiramente, com um banco de dados confiável. Essa é uma das missões nossas. Vou falar o que estamos fazendo

para isso ocorrer. A Sempla tem feito, junto às outras secretarias, um trabalho para tirar esse problema histórico das unidades, por não terem essa dinâmica e essa rotina obrigatória, de informarem, fisicamente, o que foi feito.

Então, repito, informar, orçamentária e financeiramente o que foi gasto e realizado é relativamente fácil por que o sistema existe, é único, é *on line*, e quaisquer pagamentos têm de passar pelo sistema, necessariamente.

Estamos trabalhando para ter um sistema obrigatório de informações físicas e, assim, podemos ter elementos e fazer essas reflexões.

Ainda nessa linha, e aproveito para destacar, que o PPA 2010-2013 avançou, com certeza. Primeiro, ele foi feito ao longo do primeiro ano da gestão, já com a agenda 2012 e programa de metas em andamento. Assim, ele incorporou a agenda 2012, que é um subproduto do PPA. Qual a vantagem dele ter incorporado? Deixar claras e específicas algumas ações, ou seja, deixá-las transparentes no próprio PPA. No PPA 2006-2009 estavam embutidas em outras ações macros.

Portanto, neste plano 2010-2013 há ações mais pontuais. Isso teve um reflexo na lei orçamentária de 2010 e, agora, na de 2011, onde há algumas dotações específicas para certas ações do próprio programa de metas e, conseqüentemente, indicadas no PPA.

Assim, iniciamos um trabalho mais suave e de integração entre os três grandes instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual, a lei orçamentária e o Programa de Metas, e ainda a LDO, servindo como ponte entre o PPA e a lei orçamentária.

Aqui, é claro, todos os senhores têm essa noção, de que o Plano Plurianual é a definição estratégica governamental, onde são listados todos os programas, e ações, a serem desenvolvidos ao longo dos quatro anos.

Só para terminar o comentário sobre esses instrumentos, saliento a preocupação de que o PPA englobasse as ações do programa de metas – o PPA vigente – e temos, ainda, duas outras ações muito importantes em curso. Uma delas, no atual sistema de execução

orçamentária, denominado SOF – Sistema Orçamentário de Finanças, temos um módulo 'planejamento' com desenvolvimento em suas ações e, provavelmente, nos próximos meses, já implantado, e através do qual já teremos indícios de uma grande integração PPA e Orçamento e, conseqüentemente, às ações do programa de metas.

E, em segundo lugar, foi contratada uma consultoria pela nossa secretaria, já na fase final, para, de forma efetiva, termos esses instrumentos interligados.

Assim, destaco novamente o programa de metas. Como falei antes, há pouca cultura dos órgãos municipais em informar, de forma contínua e permanente, seus avanços físicos, e o programa de metas tenta quebrar um pouco isso. Claro, algumas metas da Prefeitura, não todas – foram extraídas 223 metas – e lá, sim, há o grande indício de que é possível, não é fácil, mas possível conquistar todos os gestores para, de uma forma organizada, informarem seus avanços físicos.

O programa de metas, diferente da lei orçamentária, foca somente os aspectos físicos e esse sistema – em fase final de consultoria – propiciará que façamos uma boa amarração, aliás, com resultados preliminares já existentes da lei orçamentária, do programa de metas e do Plano Plurianual.

Abro um parêntesis sobre o programa de metas: orgulho-me de fazer parte de uma administração que tem, hoje, um instrumento de planejamento moderno e transparente, do qual foram extraídas algumas metas – indicadas como prioritárias e como compromisso de campanha - e cujo monitoramento é igualmente moderno, efetivo, *on line*, onde todos os órgãos tenham, e digo com real esperança, capacidade de mostrar, organizadamente, às entidades e ao poder público, o quanto foi caminhado de forma física em cada uma das metas, sabendo nós, inclusive, que são metas com indicações regionalizadas e para onde serão efetivadas.

Então, esse avanço no sistema orçamentário - com o modo planejamento - e na integração - com a consultoria - do Orçamento, do PPA e do programa de metas é significativo.

Mais do que isso, ter, no programa de metas, informações confiáveis dos avanços físicos resulta numa perspectiva muito boa para os próximos meses.

Só para terminar, uma mostra rápida do que compõe o projeto de lei. Esse é o Anexo 1 e aproveito para fazer um comentário, de forma inédita.

Na proposta de lei da LDO do ano passado, incluímos o Anexo 1 com a abertura das metas físicas para o ano de 2012. Claro, aqui, é uma conta. De onde vem essa conta? Essa meta consta do PPA, mas lá era agregada, hoje, com a informação do que foi efetivado em 2010, e com a previsão do que se pretende efetivar e concluir em 2011, estamos indicando essa meta para 2012, há algumas metas indicadas na agenda também e, claro, falta ainda a meta 2013 para compor todos os quatro anos do PPA. Isso foi feito ação por ação e estão indicadas no Anexo 1, na proposta do projeto de lei.

Os outros anexos são tanto de riscos fiscais, quanto de metas fiscais. É importante lembrar: o de riscos, por exemplo, poderemos ter, primeiro, elevação de taxa de inflação captadas pelo IGP-DI, podendo trazer esses riscos tanto na arredação, quanto em outros casos no dia a dia da execução orçamentária.

Eventos recentes também poderão trazer necessidades de contingenciamento em função de, por exemplo, do preço de *commodities* existentes, e até a crise nuclear japonesa. Ouvimos, recentemente, informação vinda de uma montadora sobre a dispensa de 400 funcionários na Cidade de São Paulo. Há ainda a crise fiscal em alguns países europeus. Esses fatos podem trazer alguma perturbação na perspectiva, ou na estimativa, da arrecadação e, conseqüentemente, na necessidade de investimento no Município.

O terceiro anexo é sobre as metas fiscais. Basicamente, são informações consolidadas entre a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Finanças e o Ipem, no tocante aos inativos.

E, aqui, os parâmetros econômicos, cujo quadro foi elaborado pela Secretaria de Finanças, fornecendo as estimativas para os próximos três anos: 2012, 2013 e 2014, de todos

os índices utilizados nas projeções de receitas para os próximos anos.

Então, com essa sucinta explanação, agradeço os Srs. Vereadores pela oportunidade e fico à disposição para esclarecimentos e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) - Obrigado, Sr. Secretário. Em comum acordo com o nobre Vereador Donato, resolvemos abrir a fala, em primeiro lugar, para os interessados presentes. E, para tanto, seguindo a relação dos inscritos, feita pela nossa secretaria, há dois interessados em fazer o uso da palavra: o Vereador Odilon Guedes, do Conselho Regional de Economia – Rede Nossa São Paulo e, logo a seguir, o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. ODILON GUEDES – Bom dia, Secretário, Vereadores. É um prazer muito grande estar aqui. Eu já fui Vereador nesta Casa e sempre fiz essa observação: estamos discutindo a LDO da maior cidade do Brasil. É o quinto ou sexto orçamento, e tem dois Vereadores presentes. O Presidente da Casa passou aqui só para mostrar... Quando eu era Vereador, eu falava e a coisa não mudou. Tem pouca gente da sociedade civil porque não tem a divulgação. Isso é importante assinalarmos.

Secretário, como o projeto de lei já está nesta Casa, seria muito importante que os investimentos – essa é uma sugestão que dou aos Vereadores – relativos à construção de equipamentos públicos, como escolas, creches, e todos os outros, que fossem localizados por distrito. Lembro-me de que no período em que fui Vereador, eram localizados por distrito. Hoje, você tem, por exemplo, construção de 20 escolas que ninguém sabe aonde é. A LDO deveria, no nosso entender, deveria crescer para que o Orçamento de 2012 localize para que a sociedade possa saber aonde está sendo feito. Do ponto de vista do Secretário, facilitaria o acompanhamento.

Uma segunda questão, Secretário – e eu tenho acompanhado detalhadamente os orçamentos do Município e do Estado –, é que o Plano Plurianual é muito importante recolocar, ele tem que estar referenciado no Plano Diretor. Se pegarmos os artigos 40 e 41 do Estatuto

da Cidade, que falam do Plano Diretor, está explícito que o PPA, a LDO e a LOAS têm que estar referenciadas no Plano Diretor porque é ele quem discute os problemas da cidade. E o PPA é a concretização dos investimentos. Essa uma referência importante.

Uma outra questão, Secretário – e aí há algumas dúvidas importantes – pois estamos fazendo um acompanhamento, que sirva de exemplo, no programa educação infantil temos a seguinte ação: construção de escolas municipais de educação infantil. O total proposto no PPA 2010/2013 tem 136 escolas. A meta física de 2010 era construir nove escolas e tinha 22,89 milhões e foram liquidados 3,580 milhões, isto é, 15%. Então, das nove escolas, provavelmente... Veja, como não está referenciado aonde são as escolas, eu não sei o que foi feito, o que foi começado. Esse é o problema, veja: para a LDO de 2011, que não é essa, é a do ano passado, tinha para construir 127 escolas municipais de educação infantil, com uma dotação de 89,890 milhões e até agora nada foi executado, em três meses que a gente tem. E para 2012 tem sete escolas. Refiro-me ao seguinte: você tinha 136 escolas no PPA 2010/2013, das nove colocadas em 2010 tinha de 23 milhões foram liquidados 3,5 milhões. Para 2011 têm 127 escolas, e não se fez as nove, e agora que são 127 e da dotação de 90 milhões até agora, são três, quatro meses, nada foi feito.

A mesma coisa – não vou me alongar, vou dar mais dois exemplos – referente aos Centros de Educação Infantil. No PPA eram 74, para 2010 tinham 19 escolas, tinha 15 milhões de dotação, foram liquidados 5 milhões. Para este ano tem 55 escolas, tem 94 milhões de dotação, foram gastos em três meses apenas 320 mil liquidados e para o ano que vem tem uma.

Finalmente, dos corredores é importante destacar, Secretário, é que são questões que até a burocracia acaba errando, nem o Secretário sabe, mas não dá para brincar com lei tão importante e também para os Vereadores quanto à fiscalização. O PPA coloca que tem de constituir 65 quilômetros. Em 2010, foi proposta a construção de dois corredores, com custo de 60 milhões. Eu não sou engenheiro, pode ser que seja isso mesmo. E dos 60 milhões foram

executados 500 mil. Aí para 2011 está colocada a construção de 8 quilômetros e tem 1 milhão. Então, para construir 2 corredores tinham 60 milhões, e para construir 8 tem 1 milhão? Até agora nada foi executado. E para o ano que vem está na LDO a construção de 38 quilômetros. São inconsistências que acontecem muito porque a sociedade não acompanha. E com a minha experiência de Vereador, se não tem um acompanhamento detalhado que estamos fazendo agora, vai passando batido. E isso na maior cidade do Brasil.

Gostaria que o senhor respondesse essas incoerências.

Finalmente, tem duas leis que não estão sendo cumpridas. Há uma lei municipal, 13.949, de 21 de janeiro de 2005, que obriga o Executivo a colocar a execução orçamentária, da seguinte forma: depois do termino do mês a Prefeitura tem um mês de prazo para divulgar a execução. Como está em maio, as execuções de janeiro e fevereiro tinham de ter sido colocadas, mas não estão. A emenda constitucional 131, que é uma complementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, dá um prazo, em cidades com mais de 100 mil habitantes tem que colocar a execução orçamentária em tempo real. No site da Prefeitura não tem nada disso!

Essas são questões referentes a tributos, com o pagamento de tributos a Prefeitura executa qualquer obra, paga o funcionalismo, o Prefeito e os Vereadores, todo mundo! Precisamos saber aonde o nosso dinheiro está sendo aplicado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Passo a palavra ao Fábio Siqueira do Movimento de Resistência ao Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos. Presidente relator Vereador Francisco Chagas, Vereador Antonio Donato, Secretário Ruben Chammas, assessoria de planejamento, conselheiros, ex-Vereador Odilon Guedes, movimentos sociais, Nossa São Paulo, público presente.

Realmente, pelo 11º ano os militantes do Orçamento Participativo estão acompanhando o novo Orçamento, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma triste porque

praticamente em relação a LDO do ano passado, nada mudou. Diria até que piorou em alguns aspectos. Antes de entrar nesses aspectos que pioraram, vamos falar de três propostas. Há lacunas, acho que a Câmara Municipal de São Paulo tem o dever de colocar em emenda parlamentar para corrigir os problemas relacionados pelo ex-Vereador Odilon Guedes a lei definitiva.

Primeiro passo é que não consta da LDO o Museu do Rádio, Televisão e Novas Mídias, aprovado pela Lei 14.756, de 29 de maio de 2008. Deveria se criar então uma emenda para garantir esse museu.

Segundo passo, o próprio Orçamento Participativo, tem que se propor uma nova emenda para garantir o próprio Orçamento Participativo e também o conselho de representantes, que não consta a LDO 2012. A Câmara Municipal de São Paulo pode corrigir esse problema com instrumentos verídicos, verdadeiros da participação popular, da transparência, do controle social devidamente aprovados pela sociedade.

Terceiro é um novo assunto, uma emenda que garanta um programa de combate ao fumo e substâncias “fumíferas” na cidade de São Paulo. O problema do cigarro é claro, não existe uma referência na LDO sobre o assunto, em que pese haja uma lei estadual de 2009, houve avanços, mas é necessário uma emenda que coloque a preocupação do combate aos malefícios do cigarro na cidade de São Paulo, na forma de programas para funcionários públicos municipais, campanhas. É importante tratar desse assunto na LDO 2012 e em outras leis com demandas orçamentárias.

Claro, haverá a audiência do setor Educação, vamos nos pronunciar sobre esse e demais temas.

Aproveito para pedir à Mesa que na medida do possível faça as demandas da Cultura, de Esporte, Meio Ambiente na LDO, até porque se descumpre uma lei federal. Deveria haver uma audiência do Executivo na LDO, antes de 15 de abril, mas não fazem. Seriam audiências preliminares à entrega da peça à Casa. É descumprida a Lei de Responsabilidade

Fiscal! As audiências públicas teriam de ser preliminares. Claro que é importante estas audiências no Legislativo, tomara que façam mais e mais, mas o Executivo não faz. Ano passado, na audiência do Orçamento, dia 10 de setembro, foi ridícula! Desculpem a expressão. Acabou no Poder Judiciário, estranhamente autorizando as audiências. Tudo isso mostra como não há tato da Secretaria do Planejamento nesses assuntos.

Por fim, gostaria de citar a questão do total absurdo de algumas demandas do anexo 1. Mantém a questão de apenas uma UBS, mantém a questão de apenas, como foi falado aqui, de apenas uma CEI. Imagina, em 2012 fazer uma CEI em São Paulo? Mas é que vocês colocaram aqui! Será que está errado? Está escrito nos anexos que vocês entregaram na Casa. Acho que a Casa merece respeito, merece veracidade como foi falado pelo ex-Vereador Odilon Guedes. Uma EMEF? A questão do CEU foi tirada da LDO 2012, não existe essa programação, e outras aberrações! Desculpe-me a expressão. Acho que tem que haver seriedade na peça. Aliás, lembro-me bem, não é inédito, na época da ex-Prefeita Marta Suplicy havia diretrizes. E com o Prefeito José Serra, ele vetou. São históricas as não diretrizes nos últimos seis anos.

Aproveito também para pedir providências dos Vereadores da Comissão de Finanças pelo não cumprimento da Lei do Vereador Odilon Guedes, 13.949, porque isso ofende a cidade de São Paulo. A Secretaria do Planejamento está sendo irregular quando não cumpre uma lei municipal. Eu exijo providências dos Vereadores da Comissão de Finanças pela irregularidade da Secretaria do Planejamento, e vou trazer por escrito porque na quarta-feira haverá audiência da Saúde e não temos os dados de 2011 e precisamos para melhor participar da reunião.

Por fim, a Secretaria de Participação e Parceria não tem um órgão responsável por emendas. O que faz a Secretaria de Participação se não é responsável por nenhuma dotação na LDO 2012? Ela não consta como órgão responsável em nenhuma das dotações. O que faz SPP? Ela fazia participação, fazia OP, fazia conselhos. E hoje, o que faz se não tem nenhuma

demanda como órgão responsável.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Passo a palavra ao Vereador Donato.

O SR. DONATO – Bom dia a todos, Secretário. A primeira questão que queria esclarecimento é sobre o art. sexto, LDO, que é uma inovação, diz que o Projeto de Lei Orçamentária poderá conseguir dotações inferiores àquelas necessárias ao alcance das metas físicas previstas para 2012, na ocorrência de estimativa de receita insuficiente para seu “atingimento”. Ocorre que o próprio Tribunal de Contas nos apontamentos que faz sobre a LDO, sobre as várias irregularidades que identificaram, solicita o estabelecimento de critérios ou forma para limitação de empenhos no caso de receita inferior à previsão. Na verdade, precisamos de critérios, quais os critérios para limitação de empenhos? Como será feito o congelamento? Isso não é apontado, ao contrário. Apontou-se que a lei orçamentária poderá consignar dotações inferiores às necessárias ao alcance das metas físicas previstas para 2012. Ainda mais quando a gente sabe que tem hoje uma situação, evidente, ano que vem é ano que vem, mas tudo indica que o nosso problema não será falta de receita. A receita não está sendo gasta. O caixa hoje, até poucos dias era mais de cinco bilhões. Se não me falha a memória, o superávit do ano passado foi de 3,7 bilhões, e o ritmo de execução é baixo.

Gostaria que o senhor me explicasse, qual a razão da inserção desse artigo sexto?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Passo a palavra ao Secretário para responder às indagações dos presentes.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Em relação ao Vereador Odilon Guedes, suas colocações são sempre pertinentes. O primeiro item que ele abordou da necessidade de indicar a localização, a regionalização, esse é um trabalho – como eu disse – o Programa de Metas já indica. Acho que temos um compromisso legal de, a partir de 2013, ter isso. O Programa de Metas já indica o distrito. Estamos caminhando para isso. Remontamos uma coordenadoria existente na Secretaria, a qual tem feito – e cabe um parêntese. A Secretaria de

Planejamento, historicamente, funcionava como receptora de pedidos encaminhando liberações. Realmente, o pedido do Prefeito Gilberto Kassab, quando assumimos foi de dar o efetivo nome Planejamento para essa ação. O que é isso? Temos hoje uma coordenadoria que, ao longo do ano passado, visitou entre equipamentos, obras e serviços mais de 350. Neste ano visitamos mais de 500. Desses 500, eu pessoalmente fui em mais de 100.

É na área de Planejamento que você tem a grande visão da necessidade ou não da liberação de recursos, de suplementação de recursos, para poder junto com as Secretarias fim orientar melhor a execução orçamentária. Então, é uma necessidade que possamos ter essa visão e, de forma, clara indicar aonde serão investidos os recursos pontualmente, por distrito. O Programa de Metas avança um pouco, fala em alguns locais quase o logradouro, na região específica. Essa é uma necessidade, estamos avançando. Acho que para 2012 vamos ter significativos incrementos.

A interface PPA - Plano Diretor, é clara. Não está nessa apresentação, mas tenho um slide que é meu carro chefe, eu mostro cinco instrumentos: Plano Diretor, PPA, LDO, LOA e o Programa de Metas. O encadeamento é necessário. Claro, o Plano Diretor com a sua complexidade e todos os outros planos ligados, ele tem que estar coerente, o PPA tem que estar coerente com o estabelecimento das prioridades e os programas do Plano Diretor.

Em relação aos aspectos de EMEIs e EMEFs, acho que foi muito feliz a abordagem. Tenho algumas informações a dar. Tenho certeza de que o Secretário de Educação poderá complementar com alguns detalhes quando vier a esta Comissão.

Na verdade, o PPA estabelece essa meta para os quatro anos. E a Prefeitura, de uma forma muito integrada, muito permanente tem buscado terrenos para a implantação das EMEIs e EMEFs.

Na verdade, o PPA estabelece essa meta para os quatro anos. E a Prefeitura, de uma forma muito integrada, muito permanente, tem buscado terrenos para a implantação das EMEIs e EMEFs. A busca de terreno não é simples, esbarra em uma série de elementos.

Atualmente, a área de gestão de patrimônio faz parte da nossa Secretaria e sabemos a complexidade desse assunto, como a identificação de terrenos, matrículas atualizadas, terrenos que eram antigos leitos de rios, terrenos em áreas devolutas para os quais não há matrícula. Há uma determinação efetiva do Prefeito, no sentido de termos a implantação, dessa escola e de quaisquer outros equipamentos, em áreas totalmente regularizáveis e regularizadas.

Essa demora ocorreu e está evidente na execução, nas metas físicas alcançadas em 2010.

Quando o processo licitatório foi à rua, tivemos solicitação do Tribunal de Contas, uma suspensão por vários meses e a notícia boa, o Secretário de Educação poderá depois confirmar, é que todos os ajustes jurídicos para o edital foram contornados, é uma licitação que está sendo coordenada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras e, nos próximos dias, será lançado um pacote com a licitação - não tenho agora o número exato -, mas perfaz quase a totalidade dessas EMELs e EMEFs constantes aqui.

Quando foram feitas as indicações das metas físicas para 2011 não havi esse panorama da suspensão da licitação. Com certeza esse cronograma atrasará e jogará para 2012, provavelmente, a plenitude da construção das EMELs e EMEFs.

O SR. _____ - Secretário, só pela oportunidade, aproveitando a questão oferecida pelo Vereador Odilon Guedes, em relação às áreas disponíveis que o senhor mencionou, fiz um requerimento no ano passado à Secretaria de Habitação, ainda focado mais pelo habitacional. Mas a cargo de quem, efetivamente, está a responsabilidade de mapear as áreas disponíveis públicas ou privadas, que poderão ser transformadas em áreas para essa realização?

O SR. RUBENS CHAMMAS - Sinto-me muito à vontade para falar desse tema, que é realmente apaixonante. Desde janeiro deste ano houve uma cisão no departamento patrimonial da Prefeitura, que tem duas vertentes: uma que chamaria de contencioso, que

abriga o patrimônio até que faça da Prefeitura, e outra da gestão do patrimônio. Com essa cisão, a vertente do Contencioso permaneceu na Secretaria de Negócios Jurídicos e a da Gestão das Áreas Públicas, hoje, pertence à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Estamos, realmente, buscando um grande plano de trabalho. Apresentamos acerca de 20 dias para o Prefeito. Hoje é uma pergunta: quantas áreas públicas a Prefeitura tem? Esse número é impreciso, mas estamos caminhando para conhecer esse número por fatias.

Já temos hoje o monitoramento de todos os imóveis que a Prefeitura recebeu de herança: os que têm como concessão, tanto onerosa quanto não onerosa; os que têm permissão de uso, já estão mapeados; a grande dificuldade é saber outros imóveis da Prefeitura que são áreas devolutas, remanescentes de desapropriação e imóveis ainda sem cadastro. Então, com o plano de trabalho e a reformulação integral do departamento, pretendemos, ao longo deste ano, ter esse número um pouco mais consolidado.

Ajudaria muito para atender as demandas das áreas, porque áreas como a Educação, Saúde e Assistência Social a todo momento necessitam de áreas públicas ou privadas para instalar seus equipamentos – no caso de privadas será feita aquisição ou locação.

Já cabe adiantar que muitas das nossas áreas são inservíveis para equipamentos para Educação, não pela admissão, mas pela localização, porque a necessidade, nos casos dessas Emefes são distritos em que a Prefeitura do Município de São Paulo possui poucos terrenos. Essa incumbência hoje está na Secretaria de Planejamento.

Voltando as colocações do nobre Vereador Odilon Guedes, em relação aos corredores, os números são esses que ele mencionou, as propostas de implantação de corredores, foram postergadas pela não totalização dos projetos para esses corredores. Estão focados para esse ano, ano de 2011, a elaboração dos projetos dos corredores e acredito que se o Secretário dos Transportes vier a ser convocado por essa comissão ele poderá dar

detalhes. Parecer de 2011, já estão em curso, os projetos para os corredores propostos pela Secretaria.

E o último item abordado pelo nobre Vereador é em relação a transparência e ao time dessa disponibilização, faço um relato da mudança no sistema de execução orçamentária eu fizemos na Prefeitura do Município de São Paulo. Foi uma mudança arrojada, tínhamos um sistema, não vou dar categoria que ele era bom ou ruim, ou médio, o sistema que era o novo CEU, mas com algumas facilidades e alguns mecanismos que não atendiam plenamente a Prefeitura do Município de São Paulo. De uma forma arrojada ao longo do ano de 2010 e a Prefeitura do Município de São Paulo com recursos próprios desenvolveu um sistema novo que é o SOF, e todos tem essa dimensão o que é implantar o sistema de execução orçamentária em uma cidade com essa dimensão. O desafio é grande, o sistema está em operação desde o início de janeiro desde o início de janeiro desse ano, com melhorias significativas a serem implantadas. Falei ao pouco sobre o modulo planejamento que não conseguimos implantar no início do ano, mas já está em curso. Para a elaboração da lei orçamentária 2012 o modulo planejamento estará ativo. É claro que o novo sistema fez com que a execução orçamentária dos primeiros ficassem com algumas defasagens na sua disponibilização de informações. Mas estamos recuperando isso, trabalho que está sendo pela Secretaria de Planejamento, de Finanças e pela Prodam, para que possamos, em um tempo rápido ter isso de forma mais clara e disponível.

Em relação as considerações do Fábio Siqueira, algumas propostas da introdução, tanto do museu de radio e televisão, do orçamento participativo, do programa de combate ao fumo. Acho importante esses números do anexo, como eu disse no começo, são números que partem de alguns preceitos. Primeiro, o que foi executado em 2010, números existente que estamos refinando. Existem algumas inconsistências, números previstos para 2011, estamos em curso, e números indicados para 2012. Todas as considerações e todos os argumentos são importantes para essa reflexão.

Em relação as colocações do nobre Vereador Donato, acredito que a introdução do parágrafo único do artigo 6º, é indicar que em necessidade de contingenciamento poderemos ter, dotações orçamentárias inferiores aquelas para cumprir as metas físicas indicadas. Quero apenas lembrar, essa é uma polêmica que sempre surge, é uma meta, objetivo a ser atingido, objetivo a ser perseguido de uma forma clara, objetivo exequível. O que está indicado no anexo um são metas a serem perseguidas. Esse parágrafo indica que na necessidade de um contingenciamento poderemos ter dotações orçamentárias inferiores para atingir a plenitude para execução daquelas metas.

O SR. DONATO – Permita-me, apenas para entender. Aqui fala o projeto de lei orçamentário, ou seja o projeto de lei que virá em 30 de setembro...

...projeto de lei orçamentário, ou seja, o projeto de lei que virá em 30 de setembro, poderá consignar dotações inferiores àquelas necessárias. Não se trata de congelamento, o projeto de lei já vem com a dotação inferior.

O SR. RUBENS CHAMMAS - Sim. É só para ajustar, essa metafísica indicada aqui é uma meta com a radiografia de abril de 2011, uma meta que vamos perseguir para 2012. Se na elaboração do projeto de lei não conseguimos contemplar, em algumas dotações, orçamento suficiente para alcançar essa meta, essa dotação será inferior à plenitude para o alcance dessas metas.

O SR. DONATO – Secretário, sobre o processo de construção do orçamento, no ano passado conseguimos incluir uma emenda para realizarmos audiências públicas nas subprefeituras. Infelizmente, foi uma farsa, porque foram audiências em que participaram dez, doze ou quinze pessoas, em alguns casos, a maioria funcionários da subprefeitura. Não houve divulgação, não houve um preparo, uma articulação com as lideranças regionais, as subprefeituras todas sabem quem deve ser procurado, tem isso mapeado, se quiser fazer uma coisa boa faz, agora precisa ter vontade política. Como será o processo este ano, para que de fato tenhamos plenárias representativas no processo orçamentário nas subprefeituras?

R – Acho essa questão fundamental, realmente, as audiências ocorreram em todas as subprefeituras, com temas específicos ou indicados por esta Casa, por exemplo, Educação e Saúde. Em algumas subprefeituras a presença foi realmente reduzida, acho que temos a necessidade e esta Casa pode e deve ajudar nessa divulgação. E concordo com as palavras iniciais do ex-Vereador Odilon Guedes, quando disse que estamos tratando de uma audiência pública da LDO...

O SR. DONATO – Há previsão de usar verba de publicidade, rádio e televisão para isso?

R – Isso não funciona.

P – Com esse orçamento de publicidade tão grande não dá para gastar um dinheirinho com isso?

R – Acho que isso pode ser falado ao Secretário de Comunicação, vou fazer tratativas...

P – Sim, mas diz respeito à audiência pública e ao processo orçamentário que o senhor coordena.

R – Podemos solicitar. Vamos solicitar.

P – Para que se divulgue amplamente.

R – Antevendo já um calendário, isso é importante trazer a este público, do mesmo jeito que fizemos no ano passado, na primeira semana de julho, faremos um treinamento interno com todas as áreas, para o início da elaboração da proposta orçamentária, seguindo o calendário indicado, para que possamos até meados de agosto, internamente, já ter a proposta orçamentária e aí alinhar, receber as sugestões vindas das audiências públicas. Quero lembrar que no ano passado, nas 31 subprefeituras, muitas sugestões eram bastante genéricas, por exemplo, refazer as calçadas, implantar um hospital, mas foram todas analisadas, fazem parte da peça orçamentária encaminhada a esta Casa e vamos trabalhar internamente, para que possamos ter uma divulgação.

P – Secretário, inclusive sobre o método, para poder contribuir um pouco, se for possível, se fizermos uma audiência pública, sem nenhum elemento do Executivo, para a população é evidente que só vão aparecer reivindicações genéricas. Agora, se houver uma minuta do orçamento dizendo: vamos fazer tantas creches regionalizadas, etc., porque senão fica uma discussão simplesmente para levantar demandas. Aí a pessoa vai dizer, por exemplo, que quer uma creche em tal bairro, não vai analisar o conjunto da região e o conjunto do orçamento.

Então teria de ter uma minuta do orçamento, as principais diretrizes, o que será realizado, para que a população possa debater em cima disso, porque o orçamento sempre é finito. Se for só uma coleta de demandas, não é uma audiência pública preparatória ao Orçamento, é outro processo.

Então, acho que a Secretaria tem de preparar instrumentos para subsidiar essas audiências públicas, porque, simplesmente, muitas vezes, o próprio Subprefeito abre a audiência pública: "Bem, o que vocês querem?", anota e está feita a audiência pública. Isso não é num processo de elaboração de Orçamento, não é o que imaginamos que possa contribuir para uma discussão mais séria das necessidades da nossa cidade.

O SR. RUBENS CHAMMAS - Eu acho que essa sugestão é... Eu acho que uma minuta do Orçamento, até pelo prazo, quer dizer, nós temos entre final de julho e final de setembro, não teríamos uma minuta do Orçamento para levar na audiência. Mas eu acho que algumas diretrizes...

O SR. DONATO – Eu sei, mas, Secretário, quando o senhor faz o Orçamento, o senhor manda um primeiro esboço para os Secretários trabalharem em cima. Tem uma primeira divisão, não tem? Não tem uma primeira aproximação? Depois, todo mundo pede a mais, o senhor corta. A gente sabe como que é, mas, enfim, tem um primeiro momento. Não existe... Quando inicia o processo do Orçamento, o senhor já tem uma estrutura do Orçamento, que vai internamente para as Secretarias discutirem.

R - Sim.

P - Se adaptarem, se ajustarem; dizerem: "Isso é prioridade; isso não é" e tal.

Então, algum elemento para essas audiências públicas é importante.

R - Vamos trabalhar nisso. Eu acho que podemos elaborar elementos, até menos orçamentários e mais físicos. Disso temos condições, porque o próprio PPA e a própria agenda são elementos guia para indicarmos isso.

P - Por favor.

Bem, sobre o Plano de Metas, queria discutir um pouco com o senhor.

É evidente, tem correlação com a LDO e com o próximo Orçamento, mas há alguns aspectos: acho que a metodologia utilizada, até compreendo, mas ela dá uma idéia falsa do cumprimento do Plano de Metas, na minha opinião.

Vamos às questões dos hospitais. O senhor é Secretário de Planejamento, o senhor tem de estar acompanhando principalmente os grandes investimentos da Cidade.

Segundo o Plano de Metas, em 2010, os três novos hospitais tiveram um indicador de eficácia de 17 e 19%. Um, 17%; e os outros dois hospitais, 19%, em 2009. Em 2010, se mantiveram esses mesmos indicadores. Não aconteceu nada, então, em 2010.

Agora, o fato concreto é que temos uma minuta de edital para consulta pública, da PPP. Nada além disso. Nós não temos 19% de hospital construído, que é a impressão que passa aqui no Plano de Metas. A nossa situação é muito mais dramática. E, para o ano que vem, a LDO prevê 30% da construção dos hospitais, ou seja, os hospitais não serão construídos e concluídos nessa gestão.

Eu queria saber do senhor se estou correto na minha interpretação.

R - Bem, primeiro, queria fazer só um esclarecimento. Acho que temos de olhar o termômetro e aí volto a dizer: "Temos hoje um instrumento inovador". É gratificante estar trabalhando em cima de um instrumento e aí as sugestões internas da Prefeitura, desta Casa, da sociedade. Nós recebemos, em média - viu, Vereadores? - 200 mensagens / mês com

sugestões inclusive de aperfeiçoamentos disso. Nós temos um Conselho Consultivo do Programa de Metas, inclusive com uma cadeira aqui, de indicado por esta Casa.

P - Falando nisso, quantas vezes já se reuniu?

R - Regimentalmente, já há duas vezes.

P - Duas vezes.

R - Ele foi instalado em dezembro de 2010 e o Regimento indica reuniões trimestrais. A segunda foi em março de 2011; teremos agora, no final de junho, a terceira reunião, de forma regimental.

P - Eu gostaria de poder ser convidado para assistir.

R - Será um prazer.

P - Pois não.

R - E só fazer um outro comentário: nós instituimos, ao longo da segunda reunião, um programa de visita dos Conselheiros às metas. Então, fizemos uma primeira visita a seis metas. Tivemos a participação de quase oito Conselheiros.

Visitamos todas as casas históricas e os equipamentos culturais do Centro da cidade. Agora, esses conselheiros estão convidados para as próximas duas visitas: uma para equipamentos da habitação em Paraisópolis e Heliópolis e outro para equipamentos da Assistência Social. É uma forma de mostrarmos que a reunião formal é necessária, é regimental, mas mais do que isso, queremos colocar os conselheiros em contato direto com a execução e suas dificuldades.

Então, voltando ao programa de metas, a forma do termômetro já foi muito discutido no passado. Quando entrei na Secretaria, essa metodologia estava implantada e acho que é adequada para o momento. A forma do termômetro é: podíamos fazer um termômetro com relação ao hospital, “sim” ou “não”? Ele ficaria “não” até ser aberto ao público, isto é 0%, e, no dia em que abrir, teria os 100%. Era uma forma de medir. Qual a outra forma para medir? Na fase A, eu tenho o terreno, poderia até fazer uma ponderação: o terreno vale 2%, o projeto vale

5% e aí eu entraria num campo um pouco pantanoso, porque que ponderação é essa?

Então, o que foi adotado hoje e convoco a todos para darem sugestões visando melhorias futuras na agenda são as indicações de fases. Para se construir um hospital eu preciso ter terreno, isso é uma fase. Depois, ter o projeto, é a segunda fase. Fazer a licitação é a terceira e assim por diante. Se para se construir um hospital eu preciso de dez fases e eu fiz as duas primeiras, por essa metodologia, eu alcancei 20%. Eu não tenho 20% do hospital. Claro que não. Entender a metodologia é fundamental para fazermos uma leitura crítica disso.

Concordo que numa leitura inicial, 17%, não da construção, a construção do hospital representa uma fase. Isso pode ser melhorado? Com certeza. Eu posso considerar a fase construção e abri-la em subfases, como fundação, primeira laje, equipamentos e assim por diante. Essa é a metodologia.

O SR. DONATO – Posso dar uma sugestão? Fiz um levantamento, pelo *site* de acompanhamento do Plano de Metas, tem apenas sete metas não iniciadas. Agora, pelo acompanhamento que fiz das metas orçamentárias, observei que nós temos 86 metas sem nenhum empenho. O número é bem diferente. É evidente que eu entendo as fases, por exemplo, reunir o Secretário de Saúde com o Diretor de Patr, essa é uma fase. Só que essa fase não pode ser 10%. Agora, a questão do empenho, parece-me que dá uma concretude para o debate. Entendo que existam outras fases anteriores. Fazer uma licitação não é fácil, para fazê-la tem de reservar o dinheiro, mas, pelo menos, a reserva deveria estar contemplada.

Então, temos 86 metas sem nenhum empenho. Eu acho que boa parte do Plano de Metas não será cumprida, porque 86 metas significam 38% das metas. Acho que é um indicador que deveria aparecer aqui de alguma forma, porque aí vai dando concretude para o Plano de Metas e para o seu acompanhamento.

O SR. RUBENS CHAMMAS - Essa colocação é importante, mas, primeiro, existem fases que não implicam em desembolso orçamentário. Por isso eu disse que poderíamos fazer uma ponderação, concordo. A fase de achar um terreno para uma escola, não tem o mesmo

peso do que a fase de se construir a escola. Em nenhum momento falamos isso. Agora, qual é essa ponderação? No mundo atual em que só se fala em gestão para os resultados e hoje temos um programa que é gestão para os resultados, temos de deixar claro o que é meta. É um objetivo a ser alcançado. Vamos buscar esse objetivo. Vamos melhorar isso, com certeza.

Nossa equipe tem participado de seminários, intercâmbio com outros Municípios e Estados e, realmente, é até de forma interessante como eles veem isso.

É um programa arrojado com 223 metas abertas, em que digo item a item o que fiz e o que não fiz.

Agora, o nosso grande objetivo já foi explicitado aqui quando viemos falar sobre a LDO no ano passado, e estamos caminhando para isso: é ter a integração programa de metas com a execução orçamentária. Não é um objetivo simples. Avançamos, e diria que já passamos da metade do caminho.

Hoje, a nossa consultoria tem uma integração total PPA-orçamento-plano de metas, e o segundo caminho é percorrer item por item para sabermos, por exemplo, nos hospitais, o que significa 17% nas metas e o quanto avançou no financeiro. Esse seria um complemento, ou seja, trazer para o programa de metas um complemento orçamentário.

Esclarecendo: o edital da PPP já passou por consulta pública, é arrojado e inovador. Todos os senhores sabem que São Paulo é vitrine para tudo quer seja bom ou ruim. Esse edital foi analisado juridicamente, administrativamente e financeiramente, e contou com uma exaustiva discussão na Prefeitura. Hoje, ele já está com o Secretário da Saúde, a fim de que proceda à publicação.

A indicação do que será construído em 2012, que consta da LDO, lembrando que ela foi feita no início de 2011 para ser executada em 2012, sem sabermos o que será efetivado em 2011.

Portanto, no edital da PPP, consta mais do que três hospitais. São três hospitais, cinco centros diagnósticos e reformas de outros hospitais. É um modelo inovador e, ao final

deste ano, colheremos os primeiros frutos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Relembro a todos que, às 13h, teremos a primeira audiência pública temática da LDO com a Educação.

Tem a palavra o Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES – Sr. Secretário, em relação ao plano de metas, por exemplo, quanto às escolas, não as localizamos, mais um detalhe: o plano de metas abarca quatro anos. Portanto, precisamos saber, anualmente, o que há como propostas e onde, a fim de que a sociedade possa fiscalizar.

Falo isso porque, quando era Vereador, no orçamento constava escola do bairro tal. Isso facilitava o acompanhamento pelo Legislativo. Faço essa sugestão porque a considero fundamental e a quero reforçar.

Segundo, o Donato já falou, e quero que entendam não se trata de criticar ou não o Governo. Os números não mentem. A questão é essa.

Se nos focarmos numa meta, por exemplo, a implantação de Ecopontos. No PPA, estavam previstos 61; em 2010, 9 Ecopontos. Havia 2 milhões de reais, e foram executados 120 mil reais. Quer dizer, na prática, não fizeram nada. Para 2011, estão previstos 15 Ecopontos e 2 milhões de reais. Nada foi executado. Para 2012, na LDO, estão previstos 26 Ecopontos. Se não fizeram 10, como farão 26? Ora, se não construíram 9 escolas, como construirão 127?

O senhor levantou uma questão - que acho procedente – sobre a dificuldade de terrenos e etc. Mas, quando é para se fazer uma avenida ou uma linha de metrô, desapropriam a todos e não querem saber e, na hora de construir uma escola, ficam nessa discussão que não tem fim.

Entendo as dificuldades jurídicas, mas não se justificam, porque a Cidade precisa de creches e de escolas. Como vamos fazer? Não temos terrenos, então não as fazemos? Assim, faltarão creches eternamente.

Lembro-me quando fui subprefeito e me reunia com engenheiros. Falavam: “Há um problema”. Respondia: “De problemas estou cheio. O senhor precisa achar uma solução”. A Prefeitura precisa arrumar soluções para os problemas da Cidade.

Destaco aqui uma questão. Nada justifica a falta de terrenos. Precisam desapropriar. Como o Estado opera? Há uma outra questão. Desculpem-me, mas nada justifica a mudança do sistema de CEU para SOF. Duas leis determinam isso. Quando foi planejado, já tinham de saber que, no dia 1º de março, teria de haver a execução de janeiro, sem falarmos da Emenda Constitucional, uma execução em tempo real. Em todos os dias, tem de haver execução. Essa é uma justificativa que precisa ser discutida.

Finalmente, Sr. Secretário, chegamos a conversar rapidamente sobre alguns pontos. Há um problema gravíssimo na Cidade. Tenho falado, permanentemente, sobre o problema da dívida do município. Saiu uma matéria da própria secretaria, quando o ex-Prefeito Celso Pitta fez renegociação. Lembro a V.Exas. de que a dívida do Governo Federal era de dez bilhões de reais. O município pagou treze e a dívida de quarenta e quatro. Isso é uma questão maluca. Nós, na cidade de São Paulo, não podemos pegar dinheiro emprestado, porque já extrapolamos a determinação da resolução 40 do Senado Federal, 120% da receita. Estamos pagando IPTU e ISS. O município arrecada e, em vez de construir escolas e creches, paga uma dívida que está aumentando, por causa dela mesma.

O Sr. Prefeito tinha de ir para a imprensa denunciar e fazer um debate na Câmara Municipal. Falta metrô, falta tudo; e nós aqui estamos pagando uma dívida maluca, que a própria secretaria admite. O *Estadão* fez uma matéria longa, na segunda-feira, dizendo que é impagável a dívida, e, nos trinta anos de prazo, em 2030, chegará a 300 bilhões de reais, se não me falha a memória. Faço uma sugestão à Câmara Municipal de Vereadores. Tem de ser feito um debate. Essa questão tem de se tornar pública. A população não sabe do que está ocorrendo. Não podemos ser submetidos à precariedade da educação e da saúde, porque pagamos uma dívida maluca.

Sr. Secretário, penso que o plano de metas não está localizando grande parte dos problemas. Tenho aqui informações sobre corredores. Há um levantamento do conselho regional e da rede Nossa São Paulo, sobre os corredores propostos. Quanto ao Corredor Varginha-Grajaú, dos quatro quilômetros, nas não há nada, sequer projeto. Quanto ao Corredor Binário Santo Amaro, referente aos oito quilômetros, é o mais adiantado. Há o edital de obras. Não sei se há tempo para isso ser feito. Quanto ao Corredor Campo Limpo-Vila Sônia, há proposta para seis quilômetros. Essa é a licitação do projeto. Quanto ao Corredor Celso Garcia, há trinta e um quilômetros no projeto funcional. Aliás, nem sei se esse é o termo correto. Depois, há o monotrilho do M'Boi Mirim, que prevê quatro etapas. Todas estão na contratação do projeto. A questão não é falar bem ou mal do Governo. Aqui estão os números. Em grande parte, as obras não serão executadas. A sociedade precisa tomar pé da situação, discutir e ver como a Prefeitura supera isso.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Sr. Presidente, poderíamos discutir aqui dezenas de metas e a situação de cada uma delas.

Sr. Secretário, faço uma sugestão. Talvez pudéssemos fazer aqui um seminário, para discutirmos as 223 metas, vendo a situação real de cada uma delas. Isso ajuda o Executivo. Queremos que elas sejam executadas. Isso é bom para a população contar com três hospitais e escolas. Vamos ver onde estão as dificuldades. Quero fazer um comentário sobre os terrenos. Há seis anos, escutamos a mesma história, de que não há terrenos. Quando construíram os CEUs, havia 45 terrenos, com mais de dez mil metros quadrados. Foi montada uma força-tarefa, acharam terrenos e desapropriaram o que tinha de ser desapropriada. A situação não é tão difícil. Há uma eterna desculpa, de que não há terrenos.

Não sei se o Sr. Secretário Alexandre Schneider virá aqui depois. Vamos lá e S.Exa. nos diz: “Mas há uma dificuldade na legislação. Há um projeto de lei sendo discutido, que virá para a Câmara”. Há um ano escuto essa história, para facilitar a compra de terrenos e

instalação de escolas em regiões de mananciais. Não conseguimos compreender isso. Há uma falta de atitude proativa, em resolver problemas.

Sr. Secretário, em vez de discutir cada meta, sugiro a V.Exa. que pudéssemos realizar um seminário e uma apresentação específica, com um pouco mais de tempo, para avaliarmos as metas. Podemos dizer: “Os 17% que estão aqui significam que foi feito isso e aquilo. Para a meta tal, 50% significa que estamos nesse ponto”. Isso vai ser muito esclarecedor para a Câmara e permitir que tenhamos uma visão mais clara. Essa atitude vai ser muito positiva, principalmente para a sociedade. Entendo os indicadores. Compreendo uma publicação como essa, e também que a Sra. Maria de Lourdes Fernandes, que tem contato com a Prefeitura, tem de vender um certo produto. Assim, vende da melhor forma possível. Há um aspecto de *marketing*. O que deveria ser vermelho virou marrom, e o que deveria ser uma coisa mais chocante virou marronzinho esmaecido, para não chocar muito.

Enfim, precisamos ter dados reais, para que possamos analisar e ajudar no que for possível, enquanto Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Acabo de receber da Assessoria da Comissão a informação que o Sr. Secretário Alexandre Schneider está hospitalizado, mas mandará uma pessoa para representá-lo. Às 15 horas, haverá a primeira audiência temática com a Educação.

Sr. Secretário, acho muito oportuna a proposta aqui apresentada pelo Vereador Donato, porque, em audiências desse tipo, com tempo limitado e temas variados, é muito difícil aprofundarmos. Reitero a proposta de S.Exa., para que realizarmos seminários, a fim de tratarmos de metas.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Vou responder algumas colocações. O ex-Vereador Odilon Guedes comentou sobre as metas de escolas, de 12 a 16. Não se trata de uma meta específica para serem construídas tantas escolas. Sua construção é para atender às metas, com jornada de seis horas e com ciclo de nove anos no ensino. Para tais metas, há

necessidade de haver construção de escolas. Então, não há uma meta como construção de escolas. Essas cinco metas estão no eixo de cidade e direitos.

Em relação a ecopontos, falo sobre a gestão de terrenos. Esse é um dos grandes desafios da Cidade. Podem dizer: “Não há construção de ecopontos por não haver terrenos”. Houve uma grande busca por terrenos. Nessa semana, fomos visitar o primeiro ecoponto que está saindo do papel, mas, na linha, há mais seis ou sete, praticamente, com terrenos já encontrados.

Havia uma certa dificuldade: Encontrava-se um terreno, e a comunidade, em volta, praticamente o blindava, fazendo movimentos, até entrando com quase uma ação civil pública, por não quererem um ecoponto em suas portas. Isso não é justificativa para haver atrasos, mas contando com a complexidade de não só achar um terreno, não podemos nos esquecer que, desde 2002, há uma nova legislação de uso e ocupação de solo, que indica ruas locais. A simples localização de um terreno está bem longe de ser o mais viável para implantação de um equipamento, até se for de porte, com trânsito de pedestres e carros. A questão é complexa, não simples. Temos de vencer essa batalha e saber quais terrenos são disponíveis para instalação desses equipamentos.

Em relação à dívida, lembro-me de que, em janeiro do ano passado, no aniversário de dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Sr. Prefeito Gilberto Kassab esteve em Brasília, e eu o estava acompanhando. Essa discussão foi ventilada. A partir de lá, a Secretaria Municipal das Finanças fez um trabalho muito importante. Se fosse perguntado para dez funcionários da Prefeitura o que é a dívida que pagamos, tenho certeza de que se todos não forem da área de Finanças, não saberiam responder. Responderiam: “É uma dívida que negociamos”. Que dívida e qual é a sua origem? Hoje temos, no nosso *site*, um esclarecimento muito detalhado do que é essa dívida. Tal discussão não pode parar. Quando o Sr. Secretário Mauro Ricardo assumiu os trabalhos, em janeiro, S.Exa. e o Sr. Prefeito já participaram de duas reuniões com o Ministro Guido Mantega, fazendo propostas.

Hoje há o indexador IGPD, com mais 9%. Hoje pagamos 3,2 bilhões de reais por ano da dívida. Praticamente, são só juros. Há quase nenhuma amortização. Em 2030, o compromisso que hoje é de 13% da receita corrente líquida poderá chegar a quase 80%, no prazo final. Penso que a dívida seja impagável. Essa Casa pode ajudar entidades de classes, sindicatos de economistas, Corecon e outros órgãos. É uma obrigação a população trazer essa discussão. Ela tem de ser externalizada não apenas em São Paulo, como também a nível nacional. Precisam ser drenados 3,5 bilhões de reais a nível federal. Não há nenhum retorno. Sabemos que há problemas de fôlego orçamentário para investimentos. Temos de pensar em tudo isso.

A sugestão do Vereador Donato é fundamental. O programa de metas é heterogêneo. Há metas que são, basicamente, atividades rotineiras da Prefeitura; e outras que são implantação de equipamentos pontuais ou pulverizados. Isso faz com que o programa seja complexo.

No mesmo programa, temos de reformar a Praça Roosevelt ou adquirir viaturas para a Guarda Civil Metropolitana? Todos sabem que, quanto à complexidade dessas duas metas, a heterogeneidade é total. Cada uma tem a sua complexidade e suas dificuldades. Um seminário em que a Prefeitura pode estar aqui presente com alguns secretários para detalhar os pontos e a Câmara trazer essa discussão é um aprendizado. Esse é o primeiro programa de metas da Cidade. Vamos melhorar e trazer sugestões, para que possamos, cada vez mais, ter um programa claro, inteligível e de fácil acompanhamento pela população.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Secretário, mesmo que essa não seja uma reunião ordinária da Comissão de Finanças, mas sim uma audiência pública, não há deliberação. Assim, vou oficiar a V.Exa., para que nos forneça informações, mesmo que ainda não esteja concluída a relação dessas áreas existentes. Somos indagados sempre. Sou Vice-Presidente na Comissão de Meio Ambiente. Em todas as reuniões, às quartas-feiras, vem um grupo de pessoas ligadas a

cooperativas, que já não têm mais espaço. Das 96 cooperativas a serem instaladas, só há vinte, que estão com dificuldades. Isso ocorre na área da Habitação, de Meio Ambiente, Saúde e Educação.

Faço um pedido público. Depois vou oficiar, formalmente, pela comissão, para que tenhamos esse relatório. Às 13 horas, haverá uma audiência temática sobre a educação. No dia 26 de maio, às 11 horas, haverá uma audiência pública temática sobre saúde, tratando de autarquias hospitalares, infraestrutura urbana e obras. No dia 27 de maio, na sexta-feira, das 11 horas às 14 horas, haverá uma reunião sobre habitação, transportes, SPTrans e CET. Acatando a sugestão feita pelo Sr. Fábio, estamos encontrando espaço na Casa, para tratarmos de outros temas, que ainda não foram mencionados.

Agradeço a presença de todos. Em não havendo mais nada a ser tratado, estão encerrados os nossos trabalhos.
